

A POLÍTICA PÚBLICA DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS NO BRASIL: APONTAMENTOS DE PESQUISAS

Leila Lôbo de Carvalho

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
leyllalobo@hotmail.com

Tharcizo Augusto Amado Pereira Alves

Universidade do Estado da Bahia-UNEB
cizo__@hotmail.com

Vanessa Dias de Lima

Universidade do Estado da Bahia-UNEB
nessa_phn@yahoo.com.br

Domingos Rodrigues da Trindade

Universidade do Estado da Bahia-UNEB
dtrindade@uneb.br

Resumo: Este texto é parte da pesquisa de Iniciação Científica CNPq, FAPESB e UNEB (2015-2016). O projeto tem por título A nucleação de escolas rurais de Guanambi, BA e os sentidos atribuídos à escola da cidade por alunos do campo. Neste trabalho, trazemos, apontamentos de pesquisas sobre o processo de nucleação das escolas no campo no território brasileiro e uma reflexão a partir dos argumentos usados pelos gestores públicos para fecharem escolas no meio rural. Numa perspectiva local, apontamos algumas questões referentes ao processo de nucleação das escolas no município de Guanambi. As justificativas usadas pelos gestores para fecharem as escolas no campo apoiam-se no fator da redução de custos e da extinção das turmas multisseriadas. O que acontece no município de Guanambi no interior da Bahia no tangente ao processo de nucleação é semelhante ao que vem acontecendo em todo território brasileiro.

Palavras-chave: Política Pública de nucleação das escolas rurais. Fechamento de escolas no campo. Redução de recursos.

Palavras iniciais

No contexto atual do nosso país, defender políticas públicas específicas para o campo não significa discriminá-lo ou pretender insistir numa postura dicotômica entre rural e urbano. Ao contrário, precisa-se de políticas específicas para romper com o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo e para garantir

atendimento diferenciado ao que é diferente, mas não deve ser desigual. Dessa forma, a discussão sobre uma proposta de Educação do Campo implica o avanço de definição de políticas públicas que sustentem e que superem a ideia de que o campo está em extinção.

Dessa forma, a Educação do Campo deverá dar ênfase à construção cuidadosa dos processos de socialização e subjetivação no interior das instituições escolares, bem como aos processos de formação da identidade pessoal e coletiva. Nesse processo vale destacar que a resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, nº1/2002 (BRASIL, 2002) orienta que sejam evitados processos de nucleação de escolas, provocando o fechamento de pequenas escolas e concentração de alunos em determinadas áreas e, conseqüentemente, de deslocamento das crianças. Todavia, o que temos presenciado nos municípios brasileiros, sobretudo no interior do país é o fechamento de escolas rurais e o deslocamento dos alunos do campo para escolas nas sedes dos municípios, decisão tomada pelos gestores da cidade de Guanambi, Bahia, no ano de 2005, a qual consistiu no fechamento das escolas multisseriadas do meio rural, conseqüentemente na transferência dos alunos para escolas localizadas na sede do município e nos distritos.

Essa questão tem sido ponto de discussão e reflexão no componente curricular Educação do Campo, ofertado no curso de Pedagogia do Departamento de Educação, *Campus XII*, da Universidade do Estado da Bahia e na Câmara de Educação do Campo do Conselho de Desenvolvimento do Território de Identidade Sertão Produtivo. Na perspectiva de contribuir com esse debate, nasce o projeto de Iniciação Científica supracitado, tendo um de seus objetivos, realizar uma revisão bibliográfica sobre a política de nucleação das escolas do campo.

Assim, neste texto, apresentaremos alguns apontamentos de pesquisas desenvolvidas no território brasileiro sobre o fechamento das escolas no campo e questões mais específicas do processo de nucleação no município de Guanambi, BA. E, por fim, algumas considerações finais.

A política de nucleação das escolas rurais no Brasil como estratégia do capital

A Educação do Campo constitui um complexo fenômeno da realidade atual, que tem como seus protagonistas principais, os trabalhadores do campo e suas organizações, defendendo uma

educação que reconheça e valorize a diversidade cultural, os diferentes saberes e que ultrapasse as paredes da escola, se contrapondo ao projeto capitalista de desenvolvimento baseado na mecanização e na agroindústria monocultora e excludente (KREMER, 2008). A Educação do Campo busca a valorização dos agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no campo.

Nos últimos 15 anos os movimentos sociais, sindicais e populares do campo têm sido fortes protagonistas da luta pela Educação do Campo. Para Kremer (2010) se a Educação do Campo se desvincula desses movimentos, há um esvaziamento político, o que seria grande perda, pois a proposta de Educação do Campo se tornaria apenas mais uma proposta de ensino.

São também os movimentos sociais, sindicais e populares os grandes questionadores dos impactos provocados pelo fechamento das escolas no campo, compreendendo que essa ação pública priva milhares de jovens de seu direito à escolarização, à formação como cidadãos e ao ensino que contemple e se dê em sua realidade e como parte de sua cultura. O fechamento de escolas no campo contraria o que o movimento “Por Uma Educação do Campo” vem reivindicando em toda sua existência, pois nega a oferta da educação no e do campo. A negação da oferta da educação no campo tem se tornado uma prática comum em grande parte dos municípios brasileiros. Muitos gestores têm adotado como política educacional o fechamento das escolas rurais e utilizando do transporte escolar, ônibus ou outros veículos, muitas vezes sem as condições necessárias para transportar os estudantes. Essa é a realidade dos municípios do Território de Identidade Sertão Produtivo no interior da Bahia. Temos presenciado a cada dia menos escolas no campo e mais alunos sendo transportados para as escolas da cidade. É a “roda” girando na direção contrária do debate e dos marcos normativos que orientam a Educação do Campo no País.

É necessário chamar atenção dos gestores que caso a política de nucleação seja de fato necessária, esta deva ocorrer intracampo, ou seja, campo para campo, de modo que respeite questões referentes à distância e incluindo a comunidade nessa decisão. As políticas públicas construídas são ainda de caráter urbano e trazem a nucleação como solução para as deficiências no sistema de ensino.

Não somos a *priori* contra a junção de escolas menores numa escola maior (em alguns lugares, chamada de nucleação de escolas), desde que observadas algumas condições: que isso não represente um deslocamento muito grande para as crianças, especialmente as menores; que essas escolas sejam no próprio meio rural; que haja efetiva melhoria das condições de infra-estrutura e de qualificação dos profissionais da educação envolvidos e que a organização curricular seja planejada de modo a incluir uma efetiva relação dos alunos/alunas com sua comunidade de origem. (KOLLING; NÉRY; MOLINA, 1999, p. 59-60).

O projeto de nucleação das escolas do meio rural encabeçado por muitas secretarias municipais de educação, contaria o que é proposto pela Educação do Campo. Como afirmam Vieira; Santos e Jesus (2012, p.7):

O projeto de educação do campo se preocupa com as especificidades do homem do campo, sua cultura, seus saberes, sua produção e sua vivência. Ao contrário da nucleação escolar que não respeita essas particularidades, o povo do campo tem o direito de estudar no espaço que vive.

Temos notado que o meio rural brasileiro sofre com a investida do capitalismo que há muito tempo, veio disfarçado de melhorias e desenvolvimento para a produção. Observamos cada vez mais a criação de motivos na tentativa de esvaziamento das comunidades camponesas. Fechar a escola da comunidade rural e levar os estudantes para as escolas do meio urbano tem gerado tensões, conflitos, divergências de opiniões entre as gestões municipais e os sujeitos organizados do campo, por esses últimos entenderem que tal política contribui para a desarticulação na dinâmica exercida pela escola que funciona dentro da comunidade, muitas vezes, construída pelos moradores.

As pesquisas indicam alguns motivos alegados pelos governantes para adotarem a política de nucleação das escolas rurais. Em grande parte dos casos analisados neste estudo, a proposta da nucleação não é discutida com os moradores. Sales (2013, p.3) aponta em um estudo realizado em Patos de Minas que

as populações rurais foram alvos de políticas públicas, originadas e estruturadas em gabinetes, que não propiciaram um espaço democrático e discussões e reflexões que envolvessem essa parcela significativa da sociedade. Mesmo ao tentar implementar alterações inovadoras, o modelo de gestão adotado foi o tradicional, reforçando a tendência verticalizadora das decisões oficiais.

É importante destacar que a escola no campo exerce o papel de vários outros espaços que, fisicamente a comunidade não possui. A escola não é uma ilha, existe um movimento ao seu redor que precisa ser considerado nos processos de implementação das políticas públicas. Há vida que pulsam aos redores da escola e vozes que ecoam por garantia de direitos. Os estudos têm alertado para essa questão.

Os nossos trabalhos de campo mostram que os camponeses resistem a todo custo à tentativa e/ou qualquer ato que sinalize o fechamento de uma escola dentro das comunidades. E com razão, uma vez que a escola (mesmo a “escolinha”) tem um significado muito maior do que quem a vê, simplesmente como uma (mais uma) escola. Uma escola no campo representa o centro irradiador das comunidades. Ali, ao seu redor, é que tudo acontece: encontro das pessoas em datas festivas (festas de santos); da reza da missa e/ou do terço (novena/culto); da palestra dos agentes de saúde, do sindicato, da cooperativa; do comício em tempo de campanha política; da quermesse; etc.. Há também o futebol, a cancha de bocha, o mercadinho/ “bolicho”, a reunião dançante aos finais de semana, espaço de encontro da juventude com poucas opções de lazer (PERIPOLLI; ZOIA, 2011, p.197).

Apesar da resistência de algumas comunidades, o fato é que, as prefeituras têm grande interesse em fechar as escolas do campo, pois para estas instituições é mais fácil manter um transporte escolar precário, para as crianças que saem de casa muito cedo, e que às vezes caminham quilômetros para pegar um ônibus que dispõe apenas de um motorista, que não tem condições de garantir os devidos cuidados a essas crianças.

Essa atitude tomada por muitos gestores, justificadano discurso da melhoria dos índices educacionais como nos afirmaCarmo (2012) em uma pesquisa sobre nucleação das escolas Ribeirinhas nos municípios de Breves e Curralinho no Arquipélago do Marajó/Pará.

A nucleação acelerou-se nos últimos anos, motivada pela tese da eliminação das classes multisseriadas sobre o argumento que com a seriação é possível melhorar os indicadores educacionais de aprendizagem, ou seja, a construção do discurso da qualidade da educação, além da justificativa da disponibilidade do transporte escolar aos alunos (CARMO, 2012, p.9).

Temos percebido a partir dos estudos que os argumentos apresentados para a implementação da nucleação são vastos, apoiados nas “brechas” da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que diz em seu artigo 11 que os municípios têm o dever de “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”(BRASIL, 1996); assim para cumpriremos esse e outros deveres e promover a redução de gastos adotamos a nucleação, como no caso específico de Irineópolis, no estado de Santa Catarina.

O município adotou a nucleação, em função de mudanças nas políticas da educação ocorridas nos âmbitos federais e estaduais. Da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) decorrem adaptações necessárias à oferta de Educação Básica para a população rural, além de provocar mudanças na distribuição de recursos municipais, estaduais e federais. Em Santa Catarina, Secretaria de Educação e Desporto, no bojo da descentralização do ensino no estado, apresenta o projeto de nucleação. Nesse contexto, a estratégia de nucleação adotada pelo município tinha duas justificativas: a otimização econômico-financeira – propiciada com o fechamento das pequenas escolas das comunidades que ofereciam as séries iniciais do ensino fundamental – e o cumprimento da LDB, com a oferta das séries finais para crianças rurais, antes ofertadas apenas no “meio urbano” do município por uma Escola Estadual (MIOTTO; PAITER, 2011, p.3).

A partir dos estudos de Miotto; Paiter (2011), Peripolli; Zoia (2011), Vieira; Santos e Jesus (2012), Sales e Pimenta, (2013), dentre outros, podemos exemplificar os principais motivos alegados pelos gestores públicos para adotar a política de nucleação das escolas rurais. Esses argumentos nos levam à reflexão de como a educação no campo tem sido ignorada na história da educação brasileira, e como a identidade do povo do campo, assim como as suas vozes, são subjugadas na hora de decidir o melhor para si. As escolas que dão vida às comunidades estão se extinguindo e esse processo de extinção é um passo largo para a perpetuação da hegemonia capitalista no meio rural.

O processo de nucleação escolar tem sido contínuo e concreto, e foi intensificado nos últimos 15 anos. Oliveira (2011, p 5) ressalta que, “é necessário considerar, ao estudar a realidade brasileira, que é possível identificar em território nacional, distintos ‘modelos’ de nucleação ou mesmo de entendimento do que seja essa política”. Segundo dados do Censo

Escolar/INEP/2014 mais de 37 mil escolas foram fechadas¹ em todo Brasil em 15 anos, Argumentos como o de melhoria na infraestrutura e nas condições didático-pedagógicas são utilizados pelos secretários de educação na tentativa de justificar a ação do fechamento das escolas no campo.

Cabe destacar, que as pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre a questão da nucleação das escolas rurais, em sua maioria, estão nas regiões sul e sudeste. Foi possível notar a escassez de pesquisas na região nordeste, de modo especial no estado da Bahia, o que é preocupante, pois no ano de 2014, a Bahia foi o estado em que mais fechou escolas no campo, totalizando um número de 872 escolas. As regiões nordeste e norte foram campeãs, totalizando 2.363 escolas fechadas.

Conforme Nascimento (2013) o debate sobre a política de nucleação escolaré atravessado de pontos polêmicos. A visão de que a classe multisseriada dificulta o aprendizado dos alunos, para Vieira; Santos e Jesus (2012) parece mais uma forma de imposição do modelo urbano, retirando, portanto as escolas do campo para núcleos na cidade e povoado. A “palavra multisseriada tem um caráter negativo para a visão seriada urbana. Como se a escola urbana seriada fosse boa, o modelo; e a multisseriada fosse ainda algo que vamos destruir, para um dia criar a escola seriada no campo” (ARROYO,2005, apud VIEIRA, 2012, p.3). As escolas multisseriadas são vistas por alguns como o motivo da baixa qualidade do ensino no campo, a nucleação surge como uma “saída” para acabar com a classe multisserie e melhorar o ensino.

Nos parece uma tentativa de apresentar avanços na Educação (ainda) rural, baseando-se no modelo urbano de seriação e sem reflexões mais profundas para avaliar se os problemas das Escolas do campo estariam vinculados à multisseriação ou à falta de mínimas condições estruturais e de trabalho (KREMER, 2012, p. 8).

Além disso, em grande parte dos casos a nucleação, é apresentada às comunidades como única porta para que seus filhos continuem a estudar ou como a possibilidade de um ensino de qualidade.Miotto ePaiter (2011)em um estudo sobre nucleação das escolas rurais, realizado em Irineópolis (SC), apontam que, mesmo que alguns pais tenham se mostrado receosos, não houve resistência à nucleação porque ela aparecia como a única forma de seus filhos não pararem de estudar no quarto ano do ensino fundamental.

¹ Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.html>. Acesso em 10 de Jan 2016.

Sobre a questão da seriação, questiona-se a forma como a escola seriada urbana está organizada, esta, também não tem demonstrado eficácia e é a instituição mais seletiva e excludente. Há o discurso de que virão muitas melhorias nas condições de ensino, entretanto como afirma Sales (2013, p. 9) esse argumento “perde sua credibilidade quando se privilegia interesses de uns em detrimento de outros [...] o acesso, permanência e qualidade no ensino do campo fica obscurecido pela falta de participação popular nas decisões”. Muitas promessas de melhorias, que não são cumpridas. O fechamento das escolas traz reflexos na vida das comunidades, pois em muitas localidades rurais, o prédio escolar é o único espaço coletivo, social de uso dos moradores.

As consequências do fechamento desse espaço é visível, salvo que há uma mudança na rotina de toda comunidade. No entendimento de Kremer (2010, p.3) “ao ser fechada ou deslocada, a escola torna a comunidade frágil”. Miotto e Paiter (2011, p. 5) entende esse ato como uma grande perda, “o fechamento de escolas que não apenas estavam nas comunidades, mas que, em muitos casos, tinham sido construídas e mantidas por elas, tendo significados não apenas para a vida escolar, mas também comunitária.” Os autores enfatizam que muitos dos prédios escolares no campo foram construídos e mantidos pelas comunidades, tornando a perda ainda mais significativa. Não perde só a escola, perde também parte do trabalho, da memória coletiva e afetiva das pessoas que na luta, construíram algo simbólico para a comunidade.

Para começar, a escola é o único órgão público capaz de provocar impacto na rotina das famílias de forma quase permanente. A começar pelo cotidiano. Durante todo o ano letivo, muitos pais e principalmente as mães, organizam suas atividades diárias em função dos filhos que frequentam as aulas. (CAMPOS, 2010, p.5 apud OLIVEIRA, 2011, p. 4).

O problema da nucleação vai muito além da questão educacional e está ligada ao modo como muitos gestores querem ver o campo. Peripolli e Zoia (2011, p.12) alegam que,

O fechamento das escolas do campo, hoje, não pode ser tratado como um fenômeno isolado da realidade e/ou das discussões outras que envolvem o campo. Se não houver este entendimento, seremos levados, mais uma vez, a ver os problemas da escola como sendo da escola, ou seja, como partindo dela mesma, sem olhar para um conjunto de condicionantes que se colocam como verdadeiras “cercas” nesse novo cenário.

Os estudos referidos neste trabalho apontam que o fechamento das escolas do campo é uma investida do capital que influencia fortemente nas questões das políticas, que objetiva o desenraizamento dos jovens das crianças do campo e conseqüentemente a desvalorização da cultura local.

A nucleação das escolas rurais de Guanambi, Ba: das promessas à materialidade

As pesquisas sobre as políticas públicas educacionais para o campo têm mostrado como práticas educativas, de sucesso ou não, vêm se difundindo em todo o Brasil. Nessa parte do trabalho, focaremos nossa reflexão no processo de nucleação das escolas rurais no município de Guanambi², que se localiza na região Centro-Sul da Bahia, Território de Identidade Sertão Produtivo.

As políticas públicas são instrumentos que direcionam os caminhos que a educação deve trilhar. A verificação da sua eficácia, seu sucesso e/ou insucesso, só é visível a longo prazo, como em todo modelo ou método educacional. Se tratando da política de nucleação das escolas rurais no município de Guanambi, já são mais de dez anos que os alunos são transportados em ônibus escolares das comunidades rurais para as escolas da sede do município.

A maioria das mudanças no modelo educacional brasileiro é baseada em influências de outros países e no caso da nucleação não foi diferente. Entretanto o que aparentemente é considerado influência de algo que acontece em outros países, na verdade faz parte de um projeto político econômico de sociedade, em que objetiva a manutenção de uma sociedade capitalista, altamente excludente. Assim, em nome de um suposto desenvolvimento, estabelece metas que dizem respeito exclusivamente ao fator econômico.

Segundo Sales (2013) o modelo de nucleação escolar surgiu nos Estados Unidos e foi trazido para Brasil a partir de 1976, no Paraná, quando o país recebia a interferência de organismos norte-americanos. Após a implantação do modelo no Paraná, este se disseminou por Minas Gerais em 1983, Goiás em 1988, São Paulo, 1989, alcançando uma dimensão nacional. Esse modelo de política se espalhou por todo interior dos estados brasileiros, e no município de

² Está a 796,10 km de Salvador, sendo interligado à capital pela BR-030, BA-226 e BR-324. A área do município é de 1.272,367 km² e a população de 78.833 habitantes com uma taxa de urbanização de 75%, sendo 54.003 habitantes da zona urbana e 17.725 habitantes da zona rural. (IBGE, 2010).

Guanambi o processo de nucleação das escolas do campo, iniciou-se no ano de 2005, implicando no fechamento de 103 escolas localizadas no meio rural.

Esse processo de fechamento das escolas rurais em Guanambi interrompeu parte de uma história que iniciou em 1959, a exemplo da Escola Municipal Abílio de Araújo Braga, localizada na Fazenda Morro da Inácia, (uma das primeiras escolas fundadas no meio rural do referido município³), e de tantas outras que foram sendo fundadas nos anos seguintes e hoje se encontram fechadas e se tornou um processo de urbanização total da educação deste município, recaindo na velha política de tratar o espaço urbano como parâmetro e o rural como simples adaptação.

As pesquisas de Pereira; Cotrim e Silva (2013), Souza; Xavier; Silva e Trindade (2010) apontam que a nucleação no município de Guanambi aconteceu como na maioria dos municípios brasileiros, de forma arbitrária, pois “a marca desse processo tem sido a concentração, nas mãos dos gestores, das decisões em torno de nuclear ou não as escolas do campo” (OLIVEIRA, 2011, p. 6).

Geralmente são duas as justificativas mais utilizadas: “o discurso oficial de uma suposta melhoria de ensino trazida pela nucleação” (KREMER, 2008, p.13), como aponta a pesquisa realizada no município de Bom Retiro no estado de Santa Catarina, ou “a redução de custos e a centralização administrativa” (CORDEIRO, 2012, p.3) pesquisa realizada no estado do Rio de Janeiro. Essas justificativas indicadas nos estudos realizados na região sul e sudeste do país não são diferentes das que se têm no município de Guanambi, situado na região nordeste, em que tem como objetivo “a maximização da qualidade da educação escolar em seus respectivos níveis oferecidos através do agrupamento de escolas localizadas na zona rural”, (GUANAMBI, 2004, p. 1).

No entendimento de Cordeiro (2012, p.11), a “efetivação do processo de nucleação escolar vem ocorrendo de maneira extraoficial, ou seja, não vem sendo tratado como uma política pública educacional”, o que é lamentável e desrespeitoso com os sujeitos de direitos que vivem e trabalham no campo.

O discurso oficial, de melhores condições de ensino, é reafirmado no decreto municipal nº334/07 de extinção das escolas do campo que tem o objetivo de reordenar a rede de escolas do

³ Informação extraída do Quadro Curricular de 1972 -1999/arquivo da Secretaria Municipal de Educação.

sistema municipal de ensino, tendo em vista melhorar a qualidade do ensino oferecido às crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo (GUANAMBI, 2007) e reafirma a ideologia de que na cidade a oferta da educação acontece com qualidade. Questão que requer um estudo mais amplo e aprofundado.

O que por um lado contempla os recursos necessários para um ensino de qualidade, por outro fere o direito das crianças, adolescentes, jovens e adultos de terem acesso à educação em seu local de moradia e promove o desenraizamento cultural à medida que não se tem um currículo contextualizado com a realidade onde vivem.

A pesquisa “Educação no/do campo no município de Guanambi/BA: implicações do processo de nucleação na vida e na aprendizagem dos estudantes camponeses”, realizada no ano de 2013 por Pereira; Cotrim; Silva (2013), aponta que as metas existentes no PME 2008 não foram alcançadas, não houve atendimento satisfatório para os alunos do campo na inserção dos seus saberes e das comunidade no currículo das escolas nucleadas na sede do município.

Nota-se que a implementação de metas em planos não garantem a plena efetivação da mesma, pois o resultado da pesquisa indica que as metas estabelecidas no PME de 2008, não foram concretizadas. Mas, por outro lado, compreendemos que, as leis são instrumentos para a luta. Vejamos o que diz o Plano Municipal de Educação de Guanambi 2015/2025, aprovado pela Lei Nº 951 sobre outra política educacional, que é o transporte escolar, qual está ligada intrinsecamente ao fechamento das escolas:

O Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) atende a 2.920 alunos da Rede Municipal. Em relação à capacitação, o Departamento de Trânsito tem oferecido cursos, mas faz-se necessário melhorar ainda mais a qualidade do transporte, além de colocar monitores nos ônibus para acompanhar as crianças no seu trajeto de ida à escola e de volta a casa. (GUANAMBI, 2015, p. 52).

Sobre a proposta de monitores nos ônibus é uma velha promessa do poder público que até então não foi efetivada. Tal promessa podemos verificar nos fragmentos da cartilha informativa produzida e distribuída pela secretaria de educação de Guanambi, no ano em que iniciou a nucleação no município.

Pergunta: Como fica a segurança destes alunos?

Resposta: As crianças irão estudar durante seu período de aula normal sem acesso a rua, e em plena segurança no interior de suas respectivas escolas. No interior de cada veículo que transporta os alunos haverá um responsável da própria comunidade para acompanhar a chegada e saída dos alunos.

Fonte:(GUANAMBI, 2005)

A cartilha é elaborada de forma didática e em linguagem simples, utilizaram-se ainda de história em quadrinhos para ilustrar como seria esse novo processo:



Fonte:(GUANAMBI,2005)

Percebe-se por meio das falas que seria garantido um monitor para acompanhar os alunos no ônibus escolar até à sala de aula e este seria alguém da comunidade. Essa foi a promessa da época, no entanto, isso não vem acontecendo. Assim, a gestão da oferta da educação dos filhos da

classe trabalhadora do campo no município de Guanambi é algo para se questionar, bem como de muitos outros municípios brasileiros que não têm cumprido os marcos normativos que orientam a Educação do Campo a nível nacional.

Retomando ao PME de Guanambi (2015/2025) no que se refere especificamente a ações voltadas para a Educação no/do Campo, este traz como meta 13: “Ofertar, progressivamente e com qualidade, a Educação Básica e EJA em escolas nucleadas no campo, atendendo a 50% da demanda escolar até 2017 e 100% até 2020”. Para atingir essa meta, têm-se como estratégias:

- 13.1. Garantir o acesso dos alunos à escola no e do campo, sua permanência e sucesso nela;
- 13.2. Implementar escolas que atendam à Educação Básica e EJA nucleadas em comunidades que melhor atendam a menor distância a ser percorrida;
- 13.3. Planejar e executar a estrutura física das escolas no campo de acordo com os padrões do MEC;
- 13.4. Garantir, através de audiência pública, a participação das comunidades locais na definição do espaço e infraestrutura arquitetônica para construção das escolas nucleadas no campo;
- 13.5. Garantir, no prazo de 02 anos, por meio das responsabilidades dos entes federados, o Ensino Médio nos distritos (GUANAMBI, 2015, p.155).

As estratégias presentes no PME contemplam, na forma da lei, o que se espera de uma proposta pensada a partir da realidade dos povos do campo. O primeiro passo foi dado, mas é necessário o acompanhamento e a mobilização para que tal meta se concretize ao longo dos próximos dez anos.

Como referido no estudo de Sales(2013) o alastramento da nucleação ocorreu pelo fato deste modelo se tornar uma forma mais viável, do ponto de vista financeiro, de minimizar os problemas estruturais pelos quais passavam (e ainda passam) as escolas do meio rural. Enquanto os processos de nucleação forem vistos como medidas para redução de gastos, a educação oferecida aos povos do campo e da cidade tende a ser marginalizada pelo capital.

Ao se pensar nas estruturas oferecidas aos núcleos, no material didático, no currículo, no projeto político pedagógico, na condição do transporte e em várias outras questões que compõem o ambiente escolar, percebe-se que há uma distância enorme da proposta de Educação do Campo dos movimentos sociais, pois para além das adequações que são feitas, existe uma essência maior

que ainda não é compreendida pelo poder público, que é a garantia de direitos constitucionais inalienáveis de autonomia e liberdade dos povos do campo. Nesse sentido, questiona-se: até que ponto as leis e diretrizes nacionais que regulamentam a modalidade de Educação do Campo foram utilizadas como parâmetros para implementação e mudanças do sistema educacional de Guanambi?

Considerações finais

Ao pensar na realidade das escolas do campo, faz-se necessário compreendê-la não somente como presença de instituição de ensino em um determinado espaço geográfico, mas como instituição, interligada socialmente aos sujeitos e suas trajetórias, localizada em um território constituído historicamente a partir das lutas internas e externas de cada cidadão.

Nesse sentido, as políticas públicas de Educação do Campo não podem ser pensadas apenas por gestores que pouco ou quase nada sabem da vida dos sujeitos do campo. Os gestores municipais não podem tomar decisões acerca da nucleação ou do fechamento das escolas no campo, utilizando de argumentos embasados apenas no fator financeiro, de redução de recursos. Questões como a especificidade dos sujeitos do campo, o campo, como lugar de educação de produção e de vida, o direito do aluno ter escola onde vive, têm que vir em primeiro lugar. Esses elementos terão que servir de parâmetros para se adotar a política de nucleação das escolas no campo. Todavia, vimos que as pesquisas têm mostrado uma direção contrária, por isso, a luta precisa continuar para que os gestores revejam o modelo de nucleação das escolas do campo. Em muitas comunidades rurais, a escola é o único espaço público de organização e socialização das comunidades e, que portanto, não podem ser fechadas.

Referências:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394**, 1996.

_____. **Resolução n. 1 de 2002**. Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica.

CORDEIRO, T. G. B. de F. **O processo de fechamento de escolas rurais no estado do Rio de Janeiro**: a nucleação escolar analisada a partir da Educação do Campo. XXI ENGA. 2012.

CARMO, Eraldo Souza do. **Um estudo da política de nucleação das escolas ribeirinhas nos municípios de Breves e Curalinho no Arquipélago em Marajó/Pará**. [2012]. Disponível em: <http://www.sbec.org.br/evt2012/trab17.pdf>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

GUANAMBI. **DECRETO Nº 08 de 12.06.1984**. Dispõe sobre a criação das escolas.

_____. **Cartilha Informativa**: mudanças rumo a uma Educação Modelo. Secretaria Municipal da Educação, 2005.

_____. **Lei Nº 203/04**. Dispõe sobre o Sistema de Nucleação Escolar da Rede Municipal de Ensino do município de Guanambi, Estado da Bahia, e dá outras providências. 2004.

_____. **DECRETO Nº 334**, de 19 de março de 2007.

_____. **Plano Municipal de Educação**. 2015.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010. Disponível em: <HTTP://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>. Acesso em: 22 de fev. de 2016.

KOLLING, E. J.; NÉRY, I.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação básica do campo** (Memória). Brasília: Editora UnB, 1999.

KREMER, AA **Educação dos povos do campo: do contexto histórico da educação brasileira ao processo de nucleação escolar em Bom Retiro/SC**. Anais do VII Seminário de pesquisa em educação da região sul. Iatajaí: ANPEDSUL 2008.

_____. **A nucleação escolar e o processo de desenraizamento nas comunidades rurais do município de Bom Retiro/SC**. Anais do I Seminário de pesquisa em Educação do Campo. Santa Catarina: UFSC, 2010

MIOTTO, G.; PAITER, L. L. **O processo de nucleação escolar em Irineópolis (SC): a percepção dos sujeitos do campo**. In: I Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2011.

NASCIMENTO, P. S. do. A escola do campo como direito: o processo de nucleação das escolas do campo no município de Valente, Bahia. In: NASCIMENTO, A. D.; RODRIGUES, R. M. C.; SODRÉ, M. D. B. **Educação do Campo e Contemporaneidade**: paradigmas, estratégias, possibilidades e interfaces. (Org.). Salvador, BA. EDULFBA, 2013 (p.253-255).

OLIVEIRA, A. M. V. de M. **A nucleação de escolas rurais**: alguns elementos para reflexão. I Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba. São Pessoa, 2011.

Disponível em: <http://ieppepcb2011.xpg.uol.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2002/04.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.

PERIPOLLI, J. O.; ZOIA, A. O fechamento das escolas do campo: o anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, 2011. (p.188-202).

PEREIRA, K. A. F. de C.; COTRIM, N. de S e SILVA, T. A. **Educação no/do campo no município de Guanambi/BA**: implicações do processo de nucleação na vida e na aprendizagem dos estudantes camponeses. (Monografia). UNEB/DEDC XII, 2013.

SALES, S. S. **Análise de um processo consolidado**: Histórico do percurso da nucleação de escolas rurais brasileiras (1989-1999). XXVII Simpósio Nacional de História. Natal-RN, 2013.

SALES, S. S.; Pimenta, A. R.; **Nucleação de escolas do campo**: a realidade de um processo consolidado em Minas Gerais. In: I Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2013.

SOUZA, M. A. P. de; XAVIER, A. P. dos S.; SILVA, M. L. P. da; TRINDADE, D. Rodrigues da. **Educação do Campo**: O Processo de Nucleação das Escolas Rurais do Distrito de Morrinhos, Guanambi, Bahia, 2010. 62ª Reunião Anual da SBPC.

VIEIRA, M. L.; SANTOS, M. V. S.; JESUS, S. S.; **O processo de nucleação das escolas do campo no município de Poço Redondo/SE**. Anais do VI Colóquio internacional Educação e contemporaneidade. São Cristóvão, 2012.